

EDITAL SEI Nº 29155702/2026 - SAP.LCT

Joinville, 16 de abril de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2026

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL Nº 90114/2026

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS E COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Joinville, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, Joinville/SC - CEP: 89.221-005, por intermédio da Unidade de Licitações da Secretaria de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com modo de disputa aberto, cujo critério de julgamento será o de **Menor Preço Unitário**, para o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual Aquisição de flores e plantas perenes, gramas, terra (vegetal, adubada, virgem) e fertilizantes, conforme especificações deste edital e seus anexos, a ser regida pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I - Quadro de Quantitativo e Especificações Mínimas do(s) Item(ns), e Valores Estimados/Máximos;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta da Ata de Registros de Preços;

Anexo IV - Minuta do Contrato;

Anexo V - Minuta da Autorização de Fornecimento (AF);

Anexo VI - Termo de Referência; e

Anexo VII - Estudo Técnico Preliminar.

1 - DA LICITAÇÃO

1.1 - Do Objeto do Pregão

1.1.1 - A presente licitação tem como objeto o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual aquisição de flores e plantas perenes, gramas, terra (vegetal, adubada, virgem) e fertilizantes por sistema de registro de preços, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos I e VI, e nas condições previstas neste Edital.

1.1.2 - O valor estimado total para a aquisição do objeto deste pregão é de **R\$ 1.888.499,75** (Um milhão oitocentos e oitenta e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos), conforme disposto no Anexo I deste Edital.

1.2 - Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230

1.3 - Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.4 - Data e horário limites para cadastro de propostas e início da sessão pública: 18/05/2026 até às 08:30 horas.

1.5 - Modo de disputa: Aberto, nos termos do art. 56, inciso I da Lei Federal 14.133/21.

1.6 - Da Execução da Licitação: A Unidade de Licitações, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Cultura e Turismo.

1.7 - Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, com as quantidades e especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem as exigências estabelecidas neste Edital.

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital, bem como o Decreto Federal nº 8.538/15, da seguinte forma:

3.1.1 - Itens exclusivos (com valores máximos estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - destinados exclusivamente à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo de sua participação na cota principal e na cota reservada;

3.1.2 - Cota Principal, destinada à participação dos interessados que atendam às exigências estabelecidas neste Edital;

3.1.3 - Cota Reservada 25% - corresponde a até 25% das quantidades totais do objeto, destinado à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo de sua participação nos itens exclusivos e na cota principal.

3.2 - Para a participação de empresas em consórcio deverão ser observadas as seguintes normas:

3.2.1- comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

3.2.2- indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

3.2.3 - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

3.2.4 - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.2.5 - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato

3.3 - Não será admitida a participação de proponente:

3.3.1 - Em falência;

3.3.2 - Em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.3.2.1 - É permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório.

3.3.3 - Punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.3.4 - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;

3.3.5 - Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 - Cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado;

3.3.7 - Conforme disposto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

4 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 - O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, em conformidade com a Instrução Normativa [SEGES /ME nº 03. de 2018.](#)

4.2 - Para participação no Pregão, o proponente deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações disponíveis, sendo facultada apenas a opção relativa aos requisitos de enquadramento na Lei 123, de 2006 e a participação como Cooperativa.

4.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.3 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.gov.br/compras/pt-br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 1 deste Edital para cadastro da proposta.

5.2 - Poderão participar deste Pregão proponente cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.3 - Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 - Os proponentes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2 - Ao cadastrar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá postar apenas o VALOR UNITÁRIO.

6.3 - O cadastro da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

6.4 - O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 - Quanto ao valor da proposta cadastrada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

6.6 - O proponente deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1 - valor unitário do item.

6.7 - É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.7.1 - A quantidade mínima a ser cotada é a determinada no Anexo I do edital.

6.8 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11 - Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12 - Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão excluir ou alterar a proposta anteriormente cadastrada no sistema.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - O modo de disputa se dará na forma prevista no subitem 1.5 do edital.

7.2 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 1 deste Edital.

7.3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 0,01 (um centavo)

7.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

7.5 - No tocante aos itens da Cota Principal, após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso, o pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

7.5.1 - Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.5.3 - O disposto no subitem 7.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8 - DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 - A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

8.2 - Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de **até 02 (duas) horas** após a convocação do pregoeiro.

8.2.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

8.3 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado.

8.4 - A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:

8.4.1 - a identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;

8.4.2 - o preço unitário e preço total cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

8.4.3 - o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro.

8.5 - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao do item do Anexo I deste Edital, com suas respectivas quantidades.

8.6 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

8.7 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.7.1 - É vedada a cotação de preços diferenciados em razão de local de entrega ou em razão da forma e do local de acondicionamento ou qualquer outro motivo.

8.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

8.9 - Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DO PRAZO DE ENVIO

9.1 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

9.1.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

9.2 - Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

9.3 - Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;

9.4 - Para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06, o proponente deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos do subitem 4.2 deste edital.

9.5 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.6 - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

f) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

g) Certificado de Regularidade do FGTS;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

i) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

j) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

j.1) Comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), em ambos os exercícios;

j.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

j.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

j.4) As empresas que adotam o Livro Diário, na forma física ou eletrônica, deverão apresentar os Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis extraídos dos próprios Livros Diários, contendo a assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa e ainda, registrados ou os requerimentos de autenticação na Junta Comercial ou registrados no Cartório de Registro;

j.4.1) Os Balanços Patrimoniais referentes aos últimos exercícios sociais serão aceitos somente até 30 de abril do ano subsequente, conforme art 1.078 da Lei Federal 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

j.5) As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis extraídos do próprio sistema digital (SPED) e termos de autenticação ou recibos de entrega de escrituração contábil digital (conforme Decreto Federal nº 8.683/16).

j.5.1) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. (conforme o §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018).

k) Para avaliar a situação financeira do proponente serão considerados os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo poderá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa.

LG = (ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

OBS: Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 69 da Lei 14.133/21.

k.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices da alínea "k", deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total do item/lote/global, conforme critério de julgamento do edital.

k.2) Em caso de participação como Consórcio, deverá ser acrescido 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para a habilitação econômico-financeira neste edital, conforme disposto no artigo 15, parágrafo 1º da Lei 14.133/2021.

k.2.1) O acréscimo previsto no subitem k.2 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

l) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

l.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão ser de fornecimento de produto compatível com 20% do quantitativo do(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou seja:

l.2) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

l.3) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

l.4) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.7 - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, que não constem vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.8 - Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 9.6 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

a) matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização;

c) a matriz, e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização.

9.9 - O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que apresente comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e a certidão em que consta o CNPJ da entidade centralizadora.

9.10 - A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.1 - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar

a licitação.

10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

10.2 - A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação constante no preâmbulo deste Edital e com os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e no Decreto Federal nº 8.538/15.

10.2.1 - A obtenção de benefícios previstos dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

10.2.1.1 - Para observância do limite citado no subitem 10.2.1, será exigido do licitante, na fase em que for utilizado o benefício, declaração de observância desse limite na licitação.

10.3 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.3.1 - O proponente deverá se manifestar até o prazo para apresentação da proposta, nos termos do subitem 8.2 do edital.

10.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5 - O Pregoeiro irá decidir sobre a aceitação da proposta, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

10.6 - Após encerrada a etapa competitiva, e verificada a ausência da proposta de preços e dos documentos de habilitação, conforme os subitens 8.2 e 9.1, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 25 do Edital.

10.7 - Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro convocará a proposta e os documentos de habilitação das empresas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

10.8 - O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade.

10.8.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

10.9 - Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atenderem às especificações/descrição do objeto desta licitação;

b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;

c) que conflitem com a legislação em vigor;

d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens 6 ou 8 deste Edital;

e) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ser demonstrado sua exequibilidade quando exigido pela Administração.

10.10 - Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 25 deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro convocará as propostas e documentos de habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.11 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.12 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.13 - O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos no subitem 9.6, que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

10.13.1 - No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou ter (em) apresentado com restrição.

10.14 - Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos proponentes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, de acordo com o §2º do art. 8º do Decreto nº 8.538/15, no prazo descrito no subitem 8.2, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação.

10.14.1 - Na condição prevista no subitem 10.14 será convocada a empresa declarada vencedora da cota principal do mesmo item para apresentar proposta para a cota reservada nas mesmas condições da cota principal, inclusive valor, na forma do subitem 8.4.

10.14.2 - No caso de haver recusa pela empresa declarada vencedora da cota principal em fornecer a cota reservada, poderão ser convocados os proponentes remanescentes na ordem de classificação desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, para apresentar proposta para a cota reservada, na forma do subitem 8.4. A proposta de preços e os documentos de habilitação serão analisados e julgados pelo Pregoeiro de acordo com as exigências editalícias.

10.14.3 - Para as condições previstas nos subitens 10.14.1 e 10.14.2, não será necessário que as empresas participantes do certame já apresentem previamente propostas para a cota reservada.

10.15 - No caso da mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, de acordo com o §3º do art. 8º do Decreto nº 8.538/15.

10.15.1 - Na condição prevista no subitem 10.15 será convocada a empresa declarada vencedora da cota principal e da cota reservada do mesmo item, para apresentar nova proposta ajustada nas mesmas condições daquela de menor preço, na forma do subitem 8.4, no prazo descrito no subitem 8.2, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação, sob pena de caracterizar desistência da proposta.

11 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do Edital do Pregão.

11.1.1 - As impugnações deverão ser protocolizadas através do e-mail sap.lct@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, até o vencimento do prazo, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

11.2 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

11.3 - Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

11.4 - Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.5 - As respostas às impugnações serão disponibilizadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contados da data de recebimento da impugnação e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

11.6 - Do Recurso

11.6.1 - A manifestação da intenção de recorrer, se dará no prazo de 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.6.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

11.6.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação e a homologação será realizada pela autoridade competente.

13 - DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - O Sistema de Registro de Preços (SRP) é conjunto de procedimentos para realização, mediante licitação, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

13.2 - A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação e nas propostas apresentadas.

13.3 - Órgão Gerenciador ou Entidade Gerenciadora é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata

de registro de preços dele decorrente.

13.4 - Órgão Participante ou Entidade Participante é órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços.

13.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.6 - Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

13.6.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

13.6.2 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

13.7 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil.

13.8 - **Será priorizada a aquisição/contratação do objeto das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, de acordo com art. 141, da Instrução Normativa nº 03/2024, da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024.**

14 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.

14.2 - No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021, serão convocados os licitantes ou fornecedores do cadastro de reserva.

15 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

15.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

16 - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

16.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

16.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

16.2.2 - Na hipótese prevista no subitem 16.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

16.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

16.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

16.3.1 - Para fins do disposto no subitem 16.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

16.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

16.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 16.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

16.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no subitem 17.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

16.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 16.3 e 16.3.1 o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

16.3.5.1 - Para fins do disposto no subitem 16.3.5, na hipótese de desequilíbrio, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá consultar os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva, se houver, como forma de comprovação da compatibilidade com os preços praticados no mercado.

16.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b)** não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c)** não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 16.3.2; ou;
- d)** sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.1.1 - Na hipótese prevista na letra "d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

17.1.2 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no subitem 17.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

17.1.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

17.2 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a)** por razão de interesse público;
- b)** a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c)** se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 16.

18 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

18.1 - O Cadastro de Reserva, será composto por:

- a)** licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação; e
- b)** licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original;

18.1.1 - O registro a que se refere o subitem 18.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o

caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

18.1.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do subitem 18.1 antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido subitem.

18.2 - O Cadastro de Reserva não obriga a administração à contratação.

18.3 - Os fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva estão vinculados as cláusulas da Ata de Registro de Preços.

19 - DA UTILIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1 - Caso o licitante classificado em primeiro lugar não assine a Ata de Registro de Preços ou não apresente situação regular no ato da assinatura, bem como na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, será examinado o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação do certame.

19.1.1 - Nos casos de Ata de Registro de Preços formalizada, o Cadastro de Reserva será examinado somente após o cancelamento da mesma.

19.2 - O Pregoeiro procederá a análise dos documentos e proposta de preços atualizados dos licitantes que manifestaram interesse no Cadastro de Reserva.

19.2.1 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

19.2.2 - No caso de apresentação de amostras, a mesma se dará nos termos já definidos no edital.

19.2.3 - A convocação para apresentação da proposta de preços e dos documentos de habilitação observará as regras do Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet.

20 - DA CONTRATAÇÃO

20.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Contratante.

20.2 - Convocação para assinatura eletrônica do contrato:

20.2.1 - Os fornecedores registrados serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

20.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

20.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

20.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

20.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

20.4 - Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

20.4.1 - Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente, e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

20.4.4 - Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

20.4.5 - Em caso de consórcio, o licitante vencedor é obrigado a promover, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

21 - DA ASSINATURA ELETRÔNICA

21.1 - A assinatura do contrato e demais documentos vinculados a este instrumento, será realizada eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

21.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "[gov.br](https://www.gov.br)" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

21.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto Municipal nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

21.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "[gov.br](https://www.gov.br)" para liberação da assinatura eletrônica.

22 - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

22.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

22.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 07 (sete) dias, após cada solicitação.

22.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 07 (sete) dias, a partir da data da solicitação.

22.3 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 22/01/2026.

22.4 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22.5 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.6 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

22.7 - O local para entrega será conforme disposto no subitem 5.2 do Termo de Referência - Anexo VI do Edital.

22.8 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

23 - DA GESTÃO DO CONTRATO

23.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Cultura e Turismo, sendo essas, as mesmas responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

24 - DO PAGAMENTO DOS BENS CONTRATADOS

24.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

24.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

24.1.2 - O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

24.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

24.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

24.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

24.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

25 - DAS SANÇÕES

25.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao PROPONENTE são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

25.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao PROPONENTE, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a" e "b" do item 25.3 do Edital;

b) De até 10% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento da conduta prevista na alínea "c" do item 25.3 do Edital;

c) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "d", "e", "f", "g" e "h" do item 25.3 do Edital;

II) Impedimento de licitar e contratar, com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

25.3 - O PROPONENTE será responsabilizado administrativamente, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, quando devidamente convocado, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;

c) não celebrar contrato ou retirar documento equivalente e/ou não entregar a documentação exigida para a contratação.

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.3.1 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "a" do item 25.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação;

V - não enviar a proposta atualizada quando solicitada;

VI - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

25.3.2 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "b" do item 25.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

I - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

II - deixar de apresentar ou apresentar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório a(s) amostra(s) solicitada(s);

III - desistir de lance realizado na fase de competição;

IV - não assinar a Ata de Registro de Preços.

25.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "e" do item 25.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura Municipal de Joinville, com exceção da conduta disposta na alínea "e" do item 25.3.

25.3.4 - Considera-se a conduta da alínea "f" do item 25.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, em especial agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra deteriorada ou falsificada, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

25.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

25.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o PROPONENTE tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao PROPONENTE, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

25.6 - Nas sanções previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do PROPONENTE, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

25.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

25.8 - Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção.

25.9 - O montante de multas aplicadas ao PROPONENTE não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da proposta.

25.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, quando convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

25.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

26 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

26.1 - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo VI, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do Termo de Referência;

c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 26.1, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 1.2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

26 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, pelo e-mail: sap.lct@joinville.sc.gov.br, conforme estabelece o art. 164 da Lei Federal 14.133/21.

26.1.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

26.2 - Os pedidos de vistas acerca da presente licitação para os participantes do processo deverão ser realizados pelo e-mail sap.lct@joinville.sc.gov.br.

26.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/21.

26.3.1 - Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, via sistema, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação.

26.3.2 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.4 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo art 125 da Lei nº 14.133/21.

26.5 - A Secretaria de Administração e Planejamento poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

26.6 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art.55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para cadastro e/ou a abertura das Propostas.

26.7 - Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência.

26.8 - Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

26.9 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

26.10 - A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

26.11 - Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do(s) Item(ns) e Valores Estimados/Máximos:

ITENS DE COTA E ITENS EXCLUSIVOS (Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015)

Item	Tratamento	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Exclusivo	30227 - Boca de Leão Caixa com 15 mudas de Boca de Leão.	Unidade	940	22,83	21.460,20
2	Normal	30228 - Sunpatiens Caixa com 15 mudas de Sunpatiens. Cota Principal 75%	Unidade	2.753	24,00	66.072,00
3	Exclusivo	30228 - Sunpatiens Caixa com 15 mudas de Sunpatiens. Cota Reservada 25%	Unidade	917	24,00	22.008,00
4	Exclusivo	30229 - Vinca Caixa com 15 mudas de Vinca.	Unidade	470	23,76	11.167,20
5	Exclusivo	3352 - Mudas de amor perfeito. Caixa com 15 unidades	Unidade	820	28,00	22.960,00
6	Exclusivo	8373 - Mudas de Lantana Amarela ou Lantana Câmara. Caixa com 15 unidades.	Unidade	690	25,00	17.250,00
7	Exclusivo	8379 - Mudas de Torênia ou Torênia Fournieri. Caixa com 15 unidades.	Unidade	920	25,94	23.864,80
8	Exclusivo	3356 - Mudas de Tagete. Caixa com 15 unidades.	Unidade	1.940	23,01	44.639,40
9	Exclusivo	40910 - Lavanda Caixa com 15 mudas.	Unidade	330	30,00	9.900,00
10	Exclusivo	46411 - Salvia Caixa com 15 mudas	Unidade	1.095	23,78	26.039,10
11	Exclusivo	6486 - Mudas de petúnias. Caixa com 15 unidades.	Unidade	1.020	24,56	25.051,20
12	Normal	6485 - Mudas de impatiens (beijo rajado). Caixa com 15 unidades. Cota principal 75%	Unidade	2.584	23,43	60.543,12
13	Exclusivo	6485 - Mudas de impatiens (beijo rajado). Caixa com 15 unidades. Cota Reservada 25%	Unidade	861	23,43	20.173,23
14	Exclusivo	40911 - Celósia Caixa com 15 mudas.	Unidade	295	27,83	8.209,85
15	Exclusivo	26183 - Mudas de Liriope Caixa com 15 unidades	Unidade	1.195	28,46	34.009,70
16	Exclusivo	40912 - Sapatinho de judia Muda	Unidade	75	36,66	2.749,50
17	Exclusivo	40913 - Periquito roxo Caixa com 15 mudas.	Unidade	695	27,83	19.341,85
18	Exclusivo	40914 - Periquito verde Caixa com 15 mudas.	Unidade	695	25,50	17.722,50
19	Exclusivo	40915 - Angelonia Muda	Unidade	780	23,45	18.291,00
20	Exclusivo	41866 - Flor de Mel Flor de Mel caixa com 15 mudas.	Unidade	430	26,77	11.511,10
21	Exclusivo	40916 - Hemigraphis Caixa com 15 mudas.	Unidade	335	27,83	9.323,05
22	Exclusivo	30233 - Dianella Mudas de Dianella.	Unidade	1.010	16,76	16.927,60

23	Exclusivo	30234 - Cordyline Fruticosa Mudras de Cordyline Fruticosa	Unidade	250	30,00	7.500,00
24	Exclusivo	30235 - Croton Petra Mudras de Croton petra.	Unidade	885	30,00	26.550,00
25	Exclusivo	30236 - Iresine Mudras de Iresine.	Unidade	1.185	22,05	26.129,25
26	Exclusivo	46412 - Iresine Carnaval Caixa com 15 mudras	Unidade	740	28,28	20.927,20
27	Exclusivo	30239 - Tumbergia Mudras de Tumbergia.	Unidade	835	19,99	16.691,65
28	Exclusivo	26186 - Muda de Dracena Reflexa	Unidade	1.040	33,57	34.912,80
29	Exclusivo	40918 - Moreia (Dietes sp.) Muda	Unidade	1.160	7,88	9.140,80
30	Exclusivo	40917 - Iris Azul (Neomarica caerulea) Muda	Unidade	770	18,50	14.245,00
31	Exclusivo	76 - BUXUS SEMPERVIRENS Buxus sempervirens de 35 cm de diâmetro, fornecidos em mudras.	Unidade	800	26,00	20.800,00
32	Exclusivo	40921 - Maranta-zebra Muda	Unidade	765	34,08	26.071,20
33	Exclusivo	40922 - Capim texas rubro Muda	Unidade	360	12,00	4.320,00
34	Exclusivo	40923 - Falsa erica Muda	Unidade	800	2,60	2.080,00
35	Exclusivo	47858 - Monstera deliciosa. Conhecida como Costela de Adão. Conforme Memorial Descritivo e Projeto de Paisagismo.	Unidade	615	39,01	23.991,15
36	Exclusivo	47286 - Jasmim Gardênia A ser fornecida em mudras com mínimo de 50 centímetros.	Unidade	1.285	26,43	33.962,55
37	Exclusivo	41285 - Espírito Santo Muda de Espírito Santo.	Unidade	405	23,38	9.468,90
38	Exclusivo	26193 - Mudras de Azaléia. Caixa com 15 unidades.	Unidade	370	56,93	21.064,10
39	Exclusivo	41218 - Dracena tricolor Muda de Dracena tricolor/ Dracena-de-madagascar vermelha.	Unidade	920	45,00	41.400,00
40	Exclusivo	45180 - Agapanthus Mudras de Agapanthus.	Unidade	720	5,03	3.621,60
41	Exclusivo	45181 - Coleus Caixa com 15 mudras.	Unidade	795	30,00	23.850,00
42	Exclusivo	45182 - Begônia Caixa com 15 mudras.	Unidade	715	23,69	16.938,35
43	Exclusivo	45219 - Trepadeira Hera Mudras.	Unidade	215	3,00	645,00
44	Exclusivo	45220 - Trepadeira Unha de Gato Caixa com 15 mudras.	Unidade	275	29,33	8.065,75
45	Exclusivo	45221 - Dipladênia (Mandevilla) Mudras.	Unidade	405	18,18	7.362,90
46	Exclusivo	45237 - Tumbergia Ereta Mudras.	Unidade	1.805	20,33	36.695,65
47	Exclusivo	45238 - Ruellia Tuberosa Mudras.	Unidade	1.150	9,00	10.350,00
48	Exclusivo	45239 - Flor de Coral (Russelia) Mudras.	Unidade	705	4,50	3.172,50
49	Exclusivo	4787 - Cavaco (chips) de madeira, tamanho médio. Para utilização em jardinagem. Embalagem plasticas com 50 litros.	Unidade	1.360	25,00	34.000,00
50	Exclusivo	8368 - Cavaco (chips) de madeira, tamanho pequeno. Para utilização em jardinagem. Embalagem plasticas com 50 litros.	Unidade	825	25,00	20.625,00
51	Exclusivo	40945 - Grama bermudas (resistente) Planta da Família Poacea, originária da África, Ilhas Bermudas - Nome Científico: Cynodon Dactylon.	M2	1.350	30,00	40.500,00
52	Exclusivo	40946 - Grama preta Grama Preta (Bandeja 15 unidades).	Bandeja	400	26,00	10.400,00
53	Exclusivo	30230 - Grama Amendoim Caixa com 15 mudras de Grama Amendoim.	Unidade	1.565	18,00	28.170,00
54	Normal	6272 - Grama Tipo Esmeralda (zoyzia japonica), em placas, com massa foliar com altura de 3 a 5 cm. Dimensões: 30 a 40cm (largura) X 50 a 60 cm (comprimento). Cota Principal 75%	M²	21.403	13,34	285.516,02
55	Exclusivo	6272 - Grama Tipo Esmeralda (zoyzia japonica), em placas, com massa foliar com altura de 3 a 5 cm. Dimensões: 30 a 40cm (largura) X 50 a 60 cm (comprimento). Cota Reservada 25%	M²	5.997	13,34	79.999,98
56	Exclusivo	30452 - Adubo NPK 10-10-10. Saco de 25Kg.	Unidade	305	125,98	38.423,90
57	Exclusivo	46408 - Uréia - 45% de N (nitrogênio).	Quilo	855	6,36	5.437,80
58	Normal	40958 - Terra vegetal Terra vegetal. Saco 20kg. Cota Principal 75%	Unidade	5.784	27,90	161.373,60
59	Exclusivo	40958 - Terra vegetal Terra vegetal. Saco 20kg. Cota Reservada 25%	Unidade	1.921	27,90	53.595,90
60	Exclusivo	40959 - Terra adubada Terra vegetal adubada. Saco 10kg.	Unidade	6.380	10,86	69.286,80
61	Normal	40960 - Terra virgem Terra virgem/barranco. Cota Principal 75%	m³	638	120,00	76.560,00
62	Exclusivo	40960 - Terra virgem Terra virgem/barranco. Cota Reservada 25%	m³	212	120,00	25.440,00
Total Geral						1.888.499,75

Observação: As descrições do objeto devem ser observadas em conjunto com as descrições técnicas estabelecidas no Anexo VI - Termo de Referência.

ANEXO II
Modelo de Proposta de Preços

À
Secretaria de Administração e Planejamento

Item	Material	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:
Garantia (se for o caso):

Dados do proponente:
Razão Social:
Endereço:
Município:
Estado:
CEP:
CNPJ:
Fone:
E-mail:
Banco:
Agência bancária:
Conta:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços:
Nome:
CPF:
Cargo/Função:

Declaramos que temos amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico e seus anexos.

Local e Data:
Nome, cargo e assinatura

ANEXO III
Minuta da Ata de Registro de Preços
PREGÃO 114/2026
VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Joinville, por intermédio da Secretaria de Administração e Planejamento, doravante denominada ÓRGÃO PROMOTOR, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pelo Sr. Ricardo Mafra, Secretário de Administração e Planejamento e pela Sra. Silvia Cristina Bello, Diretora Executiva, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do **Pregão Eletrônico nº 114/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e

eventual aquisição de flores e plantas perenes, gramas, terra (vegetal, adubada, virgem) e fertilizantes por sistema de registro de preços, nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Nome da empresa: xxxxxxxxx

CNPJ: xx.xxx.xxx.xxx/xx

Endereço: xxxxxxxxx

Cidade: xxxxxxxxx Estado: xx

CEP: xx.xxx-xxx

Telefone: (xx) xxxxxx

Email: xxxxxx

Representante Legal: xxxxxx CPF: xxx.xxx.xxx-xx

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos observando o Decreto Federal nº 8.538/15, da seguinte forma:

a) Itens exclusivos (com valores máximos estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - destinados exclusivamente à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo de sua participação na cota principal e na cota reservada;

b) Cota Principal, destinado à participação dos interessados que atendam às exigências estabelecidas neste Edital;

c) Cota Reservada 25% - corresponde a até 25% das quantidades totais do objeto, destinado à participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, sem prejuízo de sua participação nos itens exclusivos e na cota principal.

1.2 - **Será priorizada a aquisição/contratação do objeto das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, de acordo com o §4º do art. 8º do Decreto nº 8.538/15.**

1.3 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

2.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Joinville não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3 - É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.4 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 22/01/2026.

2.5 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

3.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 07 (sete) dias, após cada solicitação.

3.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 07 (sete) dias, a partir da data da solicitação.

3.3 - O local para entrega será conforme disposto no subitem 5.2 do Termo de Referência - Anexo VI do Edital.

3.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

4.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Município.

4.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):

4.2.1 - Os fornecedores registrados serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

4.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

4.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

4.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

4.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

4.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual e/ou Autorização de Fornecimento (AF), o proponente vencedor obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

4.5 - Para assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá:

4.5.1 - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.5.4 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

5.1.2 - O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

5.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

5.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

5.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/AF e Termo de Contrato dos itens contratados.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta Licitação e no Contrato (caso firmado).

7.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao FORNECEDOR, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) **Advertência**;

II) **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 10% (dez por cento), nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;

b) De até 5% (cinco por cento), nos casos de inexecução parcial e/ou de descumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato;

c) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)**;

d) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

e) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução total do instrumento equivalente ao contrato por parte do fornecedor, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

f) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução da Ata de Registro de Preços.

III) **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.3 - O FORNECEDOR será responsabilizado pelo cometimento das seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;

b) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;

d) não celebrar contrato, não retirar documento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

g) praticar ato fraudulento na execução do do objeto da Ata de Registro de Preços;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

j) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

7.3.1 - Considera-se a conduta da alínea "e" do item 7.3 como sendo qualquer ação ou omissão do credenciado que retarde a execução contratual que importe em consequências graves.

7.3.2 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 7.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à

obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura Municipal de Joinville, com exceção da conduta disposta no inciso "f" do item 7.3.

7.3.3 - Considera-se a conduta do inciso "h" do item 7.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do termo de credenciamento, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual

7.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerá o regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

7.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o FORNECEDOR tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

7.6 - Nas sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do FORNECEDOR, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do FORNECEDOR e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

7.8 - Nenhum pagamento será realizado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

7.9 - O montante de multas aplicadas ao FORNECEDOR não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, caso aconteça o ÓRGÃO PROMOTOR terá o direito de cancelar o Registro de Preços mediante notificação.

7.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e legislações municipais.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

8.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

8.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2 - Na hipótese prevista no subitem 8.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.3.1 - Para fins do disposto no subitem 8.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço

registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

8.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 8.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no subitem 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa

8.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 8.3 e 8.3.1 o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.3.5.1 - Para fins do disposto no subitem 8.3.5, na hipótese de desequilíbrio, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá consultar os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva, se houver, como forma de comprovação da compatibilidade com os preços praticados no mercado.

8.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b)** não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c)** não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.3.2; ou;
- d)** sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1 - Na hipótese prevista na letra "d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no subitem 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.2 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a)** por razão de interesse público;
- b)** a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c)** se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 8.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

10.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias Participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026

Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JOINVILLE - Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Cultura e Turismo, inscritos no C.N.P.J. nº 83.169.623/0001-10, ora em diante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário xxxxxx, Sr. xxxxxx, e a empresa xxxxxx, inscrita no C.N.P.J. nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 114/2026**, pelo qual se obriga a fornecer o objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1 - Este contrato tem por objeto a aquisição de flores e plantas perenes, gramas, terra (vegetal, adubada, virgem) e fertilizantes por sistema de registro de preços, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - Forma de Fornecimento

2.1 - O fornecimento do objeto do presente contrato será de forma parcelada, de acordo com a cláusula quinta deste instrumento.

2.2 - Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório **Pregão Eletrônico nº 114/2026** e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xx,00 (valor por extenso);

3.2 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 22/01/2026.

3.3 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.4 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.5 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

4.1.1 - O **CONTRATANTE** responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

4.1.2 - O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

4.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do CONTRATANTE, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

4.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

4.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUINTA - Prazo e Local de Entrega do Objeto

5.1 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada, em até 07 (sete) dias, após cada solicitação.

5.3 - O local para entrega será conforme disposto no subitem 5.2 do Termo de Referência - Anexo VI do Edital.

5.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1 - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA SÉTIMA - Gestão do Contrato

7.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Cultura e Turismo, sendo essas, as mesmas responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

7.2 - O modelo de gestão do contrato será nos termos do disposto no Anexo VI - Termo de Referência

CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização

8.1 - O CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

8.2 - A fiscalização do CONTRATANTE transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA - Responsabilidades do CONTRATANTE

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

9.2 - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e a tutelar o interesse público.

9.3 - Intervir no fornecimento do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.

9.4 - Responder aos pedidos de reajuste e de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro em até 03 (três) meses, e em caso de repactuação o prazo para resposta será de até 01 (um) mês.

9.5 - Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto entregue, conforme especificações técnicas contidas nos Anexos I e VI do Edital, observando o disposto na Instrução Normativa 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da CONTRATADA

10.1 - A CONTRATADA obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE realizar, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, inclusive pelos danos decorrentes perante terceiros, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do Edital de **Pregão Eletrônico nº 114/2026** e seus anexos.

10.3 - Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à entrega do objeto contratado, fornecendo-o de acordo com a fiscalização do CONTRATANTE e especificações técnicas, qualidade e quantidades, constantes nos Anexos I e VI do Edital.

10.4 - Todas as despesas decorrentes do transporte, entrega e em caso de envio e retorno do objeto para substituição correrão por conta da CONTRATADA.

10.5 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

10.6 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

10.7 - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato.

10.8 - Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração.

10.9 - O contratado deverá, caso solicitado, apresentar comprovação do cumprimento da exigência de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.10 - Cumprir todas as obrigações, especificações técnicas e condições de garantia dispostas no Anexo VI - Termo de Referência do Edital.

10.11 - A CONTRATADA, quando couber, deverá cumprir o disposto na Lei Municipal nº 8.772/19, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas pessoas jurídicas que contratarem com a Administração

Pública Municipal.

10.12 - A CONTRATADA deverá comunicar qualquer alteração à CONTRATANTE, especialmente quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções

11.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao CONTRATADO são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

11.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao CONTRATADO, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a" e "e" do item 11.3;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total do contrato por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento);**

c) De até 10% (dez por cento), nos casos de **inexecução parcial** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor total do contrato, em percentual proporcional ao descumprimento e prejuízos sofridos pelo Município em decorrência do descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

d) De até 15% (quinze por cento), nos casos de **inexecução contratual total**, sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

e) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 11.3;

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 - O CONTRATADO será responsabilizado, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;

e) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;

i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3.1 - Considera-se a conduta prevista na alínea "b" do item 11.3 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo CONTRATADO.

11.3.2 - Considera-se a conduta da alínea "d" do item 11.3 como sendo qualquer ação ou omissão do contratado que retarde a execução contratual ou a entrega do objeto que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

11.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 11.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura de Joinville, com exceção da conduta disposta no inciso "f" do item 11.3.

11.3.4 - Considera-se a conduta do inciso "h" do item 11.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

11.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

11.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de

pagamento que o CONTRATADO tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao CONTRATADO, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

11.6 - Nas sanções previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do CONTRATADO, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do CONTRATADO e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.8 - Nenhum pagamento será realizado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

11.9 - O montante de multas aplicadas ao CONTRATADO não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato; caso aconteça o CONTRATANTE terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

11.10 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Extinção Contratual

12.1 - A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Recebimento Provisório e Definitivo

13.1 - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo VI, da seguinte forma:

- a)** Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;
- b)** Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do Termo de Referência;
- c)** Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 13.1, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- d)** O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;
- e)** Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 1.2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Legislação Aplicável

14.1 - Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a)** Lei nº 14.133/21;
- b)** Lei Complementar nº 123/06;
- c)** Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- d)** Código de Defesa do Consumidor;
- e)** Código Civil;
- f)** Código Penal;
- g)** Código Processo Civil;
- h)** Código Processo Penal;
- i)** Legislação trabalhista e previdenciária;
- j)** Estatuto da Criança e do Adolescente; e
- k)** Demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Foro

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2 - E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CONTRATANTE.

ANEXO V

MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)

Número:

Emissão:

Objeto:

Complemento: OBSERVAÇÕES: 1) Emitir nota fiscal em nome de: MUNICÍPIO DE JOINVILLE - Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Cultura e Turismo, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10. 2) Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital. 3) São partes integrantes desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação Pregão Eletrônico nº 114/2026, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelos proponentes vencedores e que deram suporte ao julgamento da licitação.

Órgão Orçam.:

Un. Orçam.:

Função:

Subfunção:

Programa:

Ação:

Despesa:

Elemento:

Detalhamento:

Fonte de recurso:

Licitação:

Modalidade:

Finalidade:

Ata de reg. de preço:

Pré-empenho:

Empenho:

Fornecedor:

CPF/CNPJ:

Endereço:

CEP:

Fone:

Cidade:

E-mail:

Banco:

Agência:

C/C:

Tipo de entrega:

Prazo de entrega:

Local de entrega:

Pagamento:

Programação financeira

Parcela	Vencimento	Valor(R\$)	Parcela	Vencimento	Valor(R\$)
----------------	-------------------	-------------------	----------------	-------------------	-------------------

Fica autorizado o fornecimento dos itens abaixo discriminados:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário(R\$)	Valor total(R\$)
-------------	-------------------	--------------------------	-------------------------	----------------------------	-------------------------

Valor desta autorização:

Nota: Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital da presente licitação desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelo proponente vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO SEI Nº 27212776 /2025 - SEINFRA.UPP.AAD

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:

1.1 Objeto da contratação:

Aquisição de flores e plantas perenes, gramas, terra (vegetal, adubada, virgem) e fertilizantes por sistema de registro de preços.

1.2 Especificações técnicas:

Itens de acordo com o anexo I	Quantidade Total	SEINFRA.UPP	SAMA	SEINFRA.UAG	SECULT	Unidade	Denominação	Descritivo
1	940	120	150	170	500	Unidade	Boca de Leão	Caixa com 15 mudas de Boca de Leão.
2/3	3670	500	1000	170	2000	Unidade	Sunpatiens	Caixa com 15 mudas de Sunpatiens
4	470	200	0	170	100	Unidade	Vinca	Caixa com 15 mudas de Vinca
5	820	200	150	170	300	Unidade	Amor-perfeito	Mudas de amor perfeito. Caixa com 15 unidades
6	690	150	150	190	200	Unidade	Lantana	Mudas de Lantana Amarela ou Lantana Câmara. Caixa com 15 unidades.
7	920	400	150	170	200	Unidade	Torênia	Mudas de Torênia ou Torênia Fournieri. Caixa com 15 unidades.
8	1940	500	250	190	1000	Unidade	Tagete	Mudas de Tagete. Caixa com 15 unidades.
9	330	75	25	180	50	Unidade	Lavanda	Lavanda caixa com 15 mudas.
10	1095	600	150	145	200	Unidade	Sálvia	Caixa com 15 mudas
11	1020	400	150	170	300	Unidade	Mudas de Petúnia	Caixa com 15 unidades
12/13	3445	800	500	145	2000	Unidade	Mudas de Impatiens (beijo rajado)	Caixa com 15 unidades.
14	295	50	0	145	100	Unidade	Celósia	Caixa com 15 mudas
15	1195	600	150	145	300	Unidade	Mudas de Liriope	Caixa com 15 mudas
16	75	10	10	25	30	Unidade	Sapatinho de Judia	Muda
17	695	200	150	145	200	Unidade	Periquito roxo	Caixa com 15 mudas
18	695	200	150	145	200	Unidade	Periquito verde	Caixa com 15 mudas
19	780	400	100	180	100	Unidade	Angelonia	Muda
20	430	120	100	160	50	Unidade	Flor de Mel	Flor de Mel caixa com 15 mudas
21	335	100	0	135	100	Unidade	Hemigraphis	Caixa com 15 mudas.
22	1010	400	150	160	300	Unidade	Dianella	Mudas de Dianella

23	250	60	50	40	100	Unidade	Cordylina fruticosa	Mudas de Cordylina Fruticosa
24	885	350	200	135	200	Unidade	Croton Petra	Mudas de Croton Petra
25	1185	700	150	135	200	Unidade	Iresine	Iresine. Caixa com 15 mudas.
26	740	500	100	40	100	Unidade	Iresine carnaval	Caixa com 15 mudas
27	835	500	100	135	100	Unidade	Tumbergia	Mudas de Tumbergia
28	1040	600	100	40	300	Unidade	Muda de Dracena Reflexa	Muda
29	1160	300	200	160	500	Unidade	Moreia (Dietes sp)	Muda
30	770	100	150	20	500	Unidade	Iris azul (Neomarica caerulea)	Muda
31	800	150	100	50	500	Unidade	Buxus sempervirens	Buxus sempervirens de 35cm de diâmetro, fornecido em mudas.
32	765	200	150	115	300	Unidade	Maranta-zebra	Muda
33	360	300	0	10	50	Unidade	Capim texas rubro	Muda
34	800	300	300	0	200	Unidade	Falsa erica	Muda
35	615	200	50	65	300	Unidade	Costela-de-adão (Monstera deliciosa)	Muda de Costela-de-adão (Monstera deliciosa).
36	1285	900	150	135	100	Unidade	Jasmim Gardênia	Jardim Gardênia a ser fornecida em mudas de 50 centímetros
37	405	50	50	5	300	Unidade	Espírito Santo	Muda de Espírito Santo
38	370	75	100	145	50	Unidade	Mudas de Azaleia	Caixa com 15 unidades.
39	920	500	100	20	300	Unidade	Dracena tricolor	Muda de Dracena tricolor/ Dracena-de-madagascar vermelha
40	720	300	200	20	200	Unidade	Agapanthus	Mudas de Agapanthus.
41	795	350	150	145	150	Unidade	Coleus	Caixa com 15 mudas.
42	715	300	150	165	100	Unidade	Begônia	Caixa com 15 mudas.
43	215	80	50	35	50	Unidade	Trepadeira Hera	Mudas.
44	275	130	50	45	50	Unidade	Trepadeira Unha de gato	caixa com 15 mudas.
44	405	150	150	5	100	Unidade	Dipladênia (Mandevilla)	Mudas.
46	1805	800	500	5	500	Unidade	Tumbergia Ereta	Mudas.
47	1150	100	500	50	500	Unidade	Ruellia Tuberosa	Mudas.
48	705	500	0	5	200	Unidade	Flor de Coral (Russelia)	Mudas.
49	1360	300	50	760	250	Unidade	Cavaco (chips) de madeira, tamanho médio	Para utilização em jardinagem. Embalagens plásticas com 50 litros.
							Cavaco (chips) de madeira,	Para utilização em jardinagem.

50	825	300	50	225	250	Unidade	tamanho pequeno	Embalagens plásticas com 50 litros.
51	1350	500	500	350	0	m²	Grama bermudas (resistente)	Planta da Família Poacea, originária da África, Ilhas Bermudas - Nome Científico: Cynodon Dactylon
52	400	50	0	350	0	Bandeja	Grama preta	Grama preta (Bandeja 15 unidades)
53	1565	750	250	365	200	Unidade	Grama Amendoim	Caixa com 15 mudas de Grama Amendoim
54/55	27400	10000	2000	12400	3000	Metro Quadrado	Grama tipo Esmeralda (zoya japônica)	Grama tipo Esmeralda (zoya japônica), em placas, com massa foliar com altura de 3 a 5 cm. Dimensões 30 a 40 cm (largura) x 50 a 60 cm (comprimento)
56	305	150	50	100	5	Unidade	Adubo NPK 10-10-10.	Saco de 25Kg.
57	855	475	100	180	100	Kg	Ureia	45% de N (nitrogênio)
58/59	7705	4000	2500	205	1000	Unidade	Terra vegetal	Terra vegetal. Saco com 20kg.
60	6380	3000	2000	380	1000	Unidade	Terra adubada	Terra adubada. Saco 10kg.
61/62	850	60	150	540	100	m³	Terra virgem	Terra virgem/barranco

1.2.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo;

1.2.2 - Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3 - A presente contratação será um fornecimento não contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual;

1.4 - A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s), desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1 Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

1.5 - Os itens correspondentes à flores de caixaria/época devem celebrar os requisitos básicos para aceite definitivo, sendo eles:

1.5.1 - As mudas das flores de caixaria devem ser, obrigatoriamente, jovens (nem muito velha nem recém plantada), com tamanho máximo de 15 cm (quinze centímetros);

1.6 - Os itens correspondentes à mudas e caixas de planta perene devem celebrar os requisitos básicos para aceite definitivo, sendo eles:

1.6.1 - As mudas de plantas perenes de caixas deverão ter no máximo 20 cm (vinte centímetros), *exceto a muda correspondente ao item 34 - (Jardim Gardênia).*

1.7 - Todas as plantas fornecidas em caixa com 15 unidades deverão, obrigatoriamente, ser entregues em bandejas de plástico para que seja possível o retorno das mesmas, evitando acúmulo de lixo desnecessário.

2-FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2 - O objeto da contratação consta no PPA (Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025, que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual do Município de Joinville, Quadriênio 2026 - 2029. - Processo 25.0.040527-8).

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO

OBJETO:

3.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP (27212550), a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação de empresa que forneça flores, grama, terra e adubo químico através dos sistema de registro de preços.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 - As mudas das flores de caixaria devem ser, obrigatoriamente, jovens (nem muito velha nem recém plantada), com tamanho máximo de 15 cm (quinze centímetros);

4.2 - As mudas deverão vir conforme item 1.2, seguindo as especificações nesta tabela quando necessário.

4.3 - As mudas de plantas perenes de caixas deverão ter no máximo 20 cm (vinte centímetros);

4.4 - Todas as plantas fornecidas em caixa com 15 unidades deverão, obrigatoriamente, ser entregues em bandejas de plástico para que seja possível o retorno das mesmas, evitando acúmulo de lixo desnecessário.

4.5 - As empresas contratadas devem seguir a legislação pertinente aos itens licitados.

4.6 - As empresas contratadas deverão possuir sede de distribuição localizada a no máximo um raio de 200 quilômetros do local de entrega.

4.7 - Considerando a necessidade de rápida reposição dos produtos que não estão em conformidade;

4.8 - Considerando a redução de tempo na entrega;

4.9 - Considerando que geral as compras são fracionadas em volumes pequenos, devido a municipalidade não possuir local adequado para armazenamento, e que não é vantajoso para uma empresa de longa distância, podendo a mesma apresentar problemas de logística na entrega dos produtos.

4.10 - Considerando a ambientação das plantas com o clima regional.

Sustentabilidade:

4.11 - Quando cabível, a contratada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

Subcontratação:

4.12 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.13 - O(s) produto(s) deverão ter garantia legal - nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, entretanto, caso o fabricante do(s) produto(s) conceda garantia contratual, esta deve ser somada ao prazo da garantia legal.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 - Prazos de Entrega :

5.1.1 - Prazo de entrega: em até 07 (sete) dias úteis, após a solicitação da CONTRATANTE;

5.1.2 - Forma de entrega: parcelada;

5.2 - Locais de entrega

Conforme tabela abaixo:

UNIDADES REGIONAIS - SEINFRA UAG:

ENDEREÇO DE ENTREGA	CONTATOS
Unidade Regional de Obras CentroNorte - SEINFRA.URCN Rua Guilherme, 604 - Costa e Silva	Contato Geral: Diogo Márcio Goral - (47) 99754-8345 E-mail para envio de NF: seinfra.urcn.nad@joinville.sc.gov.br (47) 3425-3508 / (47) 3425-5511
Unidade Regional de Obras Leste - SEINFRA.URL Rua Albano Schmidt, 4932 - Comasa	Contato Geral: Pedro Durieux Neto - (47) 98880-5186 l E-mail para envio de NF: seinfra.url.nad@joinville.sc.gov.br (47) 3437-2077
Unidade Regional de Obras Nordeste - SEINFRA.URNE Rua Antonio Michels, s/nº esquina com a rua Carmelo Pardalis - Jardim Paraíso	Contato Geral: Luiz Felipe Alves Garcia - (47) 99923-6692 E-mail para envio de NF: josiane.fernandes@joinville.sc.gov.br (47) 3425-4089
Unidade Regional de Obras Oeste - SEINFRA.UROE Rua São Brás, 184 - Vila Nova	Contato Geral: Fernanda Carolina Joenk - (47) 98911-9942 E-mail para envio de NF: seinfra.uroe@joinville.sc.gov.br (47) 3439-0318 / 3439-0226
Unidade Regional de Obras Sudeste - SEINFRA.URSE Rua Ana Maria Rocálio de Souza, 59 - Paranaguamirim	Contato Geral: Fernanda Benato - (47) 98911-9778 fernanda.benato@joinville.sc.gov.br E-mail para envio de NF: (admin) tatiana.souza@joinville.sc.gov.br (47) 3466-4679 / 3436-5104

Unidade Regional de Obras Sudoeste - SEINFRA.URSO Rua José Dmyterko, 79 - Morro do Meio	Contato Geral: Lays Mayara Hess - (47) 98905-3127 E-mail para envio de NF: seinfra.urso.nad@joinville.sc.gov.br (47) 3436-4964
Sede da Unidade Regional de Obras Sul - SEINFRA.URS Rua João Cardoso de Aguiar, 332 - Petropolis	Contato Geral : Fernando de Paula Cordeiro - (47) 98824-2246 E-mail para envio de NF: subprefeitura.sul@joinville.sc.gov.br (47) 3436-0291 / 3465-0168
Unidade Regional de Obras de Pirabeiraba - SEINFRA.URP Rua Joinville, 13.500 - Pirabeiraba	Contato Geral : Jonas Pykocz - (47) 98901-1067 E-mail para envio de NF: seinfra.urp.nad@joinville.sc.gov.br (47) 3424-1011 / 3424-0044 / 3424-0045
Unidade de Obras SEINFRA.UNO Rua Ministro Luíz Galotti, 370 - Boa Vista	Contato Geral : Ana Paula Burg Rech Brizot - (47) 98832-6228 E-mail para envio de NF: seinfra.uno@joinville.sc.gov.br (47) 3422-3512
Unidade de Cemitérios SEINFRA.UCE R. Ottokar Doerffel, 12 - Atiradores Joinville - SC, 89203-001	Leticia Cristina de Siqueira Oliveira (47) 99754-8235

UNIDADE DE PRAÇAS PÚBLICAS - SEINFRA UPP:

ENDEREÇO DE ENTREGA	CONTATOS
Unidade de Praças Públicas - SEINFRA .UPP Rua: R. Pastor Guilherme Raú, 462 - Saguacú, Joinville - SC, 89221-020 - Horto Florestal	Contato Geral: Deivid Rodrigo Correa E-mail: deivid.correa@joinville.sc.gov.br (47) 9163-7873 Contato Geral: Valfrido Julio, E-mail: valfrido.julio@joinville.sc.gov.br (47) 99782-9427 E-mail para envio das NFS: luciana.oliveira@joinville.sc.gov.br (47) 98474-4275

UNIDADE DE PARQUES SAMA:

ENDEREÇO DE ENTREGA	CONTATOS
Unidade de Gestão Ambiental - Arborização Pública e Parques - SAMA Rua: Pastor Guilherme Raú, 462 - Saguacú, Joinville - SC, 89221-020 - Horto Florestal	Contato Geral: Camilla Uller de Britto Curvello: E-mail: sama.uga.arp@joinville.sc.gov.br.uga (47) 3026-5428 Contato Geral: Jackson dos Santos: E-mail: sama.uga.arp@joinville.sc.gov.br.uga (47) 3026-5428 E-mail para envio das NFS: sama.uga.arp@joinville.sc.gov.br.uga; camila.britto@joinville.sc.gov.br

UNIDADES SECULT:

ENDEREÇO DE ENTREGA	CONTATOS
Museu de Arte de Joinville - MAJ Rua XV de Novembro, 1400 - América, Joinville - SC, 89201-602	Contato Geral: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870 Nome: Angela Luciane Peyerl E-mail: angela.peyerl@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3433-4677 E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br
Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ Rua Dona Francisca, 600 - Centro, Joinville - SC, 89201-220	Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870 Nome: Ana Paula Klahold Rosa E-mail: ana.klahold@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3433-0114 E-mail para envio das NFS:

	<p>claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
<p>Museu Nacional de Imigração e Colonização - MNIC Rua Rio Branco, 229 - Centro, Joinville - SC, 89201-080</p>	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>Nome: Claudinei Francisco Silva E-mail: claudinei.silva@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3433-3736</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
<p>Museu Casa Fritz Alt Rua Aubé - Boa Vista, Joinville - SC, 89205-000</p>	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>Nome: Angela Luciane Peyerl E-mail: angela.peyerl@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3433-3811</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
<p>Estação da Memória Rua Leite Ribeiro, S/N - Anita Garibaldi, Joinville - SC, 89202-090</p>	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>Nome: Ana Paula Klahold Rosa E-mail: ana.klahold@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3422-5222</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
<p>Casa da Memória Rua XV de Novembro, 1000 - América, Joinville - SC, 89201-602</p>	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>Nome: Dilney Fermينو Cunha E-mail: dilney.cunha@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3433-3732</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
<p>Casa Krüger Rodovia, SC-418, 14530 - Dona Francisca (Pirabeiraba), Joinville - SC, 89239-100</p>	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>Nome: Rosangela Moser E-mail: rosangela.moser@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3433-5007</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
<p>Centro de Artes e Esportes Unificados do Aventureiro - CEU Rua Theonesto Westrupp, 627 - Aventureiro, Joinville - SC, 89226-340</p>	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>Nome: Mariza de Moura Arent E-mail: mariza.arent@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3427-4399</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira</p>

<p>Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior Rua Dona Francisca, 800 - Saguacu, Joinville - SC, 89221-006</p>	<p>E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>Nome: Ana Carolina Maffezzolli Piazero E-mail: carol.maffezzolli@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3433-2266</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
<p>Arquivo Histórico de Joinville Av. Hermann August Lepper, 650 - Saguacu, Joinville - SC, 89221-005</p>	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>Nome: Dilney Fermino Cunha E-mail: dilney.cunha@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3422-2154</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
<p>Pórtico da Rua XV Av. Brg. Eduardo Gomes, 2721 - Glória, Joinville - SC, 89216-202</p>	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>Nome: Rosangela Moser E-mail: rosangela.moser@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 3433-5007</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>
<p>Mercado Municipal de Joinville Av. Dr. Paulo Medeiros, S/N - Centro, Joinville - SC, 89201-210</p>	<p>Contato Geral: Nome: Claudemir Jose Pereira E-mail: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br Telefone: (47) 99984-5870</p> <p>E-mail para envio das NFS: claudemir.pereira@joinville.sc.gov.br fernanda.franco@joinville.sc.gov.br</p>

5.2.1 - Horário de entrega - Unidades Regionais - SEINFRA.UAG:

O horário de entrega deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, exceto feriados e pontos facultativos.

5.2.2 - Horário de entrega - Unidades de Praças Públicas - SEINFRA.UPP:

O horário de entrega deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 15h00, exceto feriados e pontos facultativos.

5.2.3 - Horário de entrega - Unidades de Arborização Pública e Parques - SAMA:

O horário de entrega deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00, exceto feriados e pontos facultativos.

5.2.4 - Horário de entrega - Unidades - SECULT:

O horário de entrega deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, exceto feriados e pontos facultativos.

5.3 - Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3.1 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.3.2 - Uma vez notificado, o CONTRATADO deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

5.3.3 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do CONTRATADO, aceita pelo CONTRATANTE.

5.3.4 - O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do CONTRATADO

5.3.5 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas

condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6-MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6..1. Efetuar a entrega em perfeitas condições, de acordo com as especificações constantes no item "Requisitos da Contratação" deste Termo de Referência, conforme prazo e local informado pela **CONTRATANTE** e prévio agendamento, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

6.1.2. Caso os itens não correspondam ao exigido no presente Termo de Referência, a **CONTRATADA** deverá providenciar a sua substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, o prazo correrá a partir da notificação/solicitação, sem ônus para **CONTRATANTE**.

6.1.3. A **CONTRATADA** deverá fornecer o transportes do material e o mesmo deverá ser deixado preferencialmente no pátio da Unidade quando solicitado pelo gestor do contrato.

6.1.4. O método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de todo o equipamento contra choques e intempéries durante o transporte.

6.1.5. Informar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.1.6. Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

6.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a todas solicitações.

6.1.8. As despesas decorrentes do acondicionamento, carga, transporte, descarga e entrega do objeto correrão por conta da **CONTRATADA**, conforme normas vigentes.

6.1.9. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por eventuais danos ocorridos nos produtos durante sua carga, transporte ou descarga, inclusive perante terceiros.

6.1.10 Não substituir ou alterar materiais e/ou especificações de serviços sem a autorização expressa da **CONTRATANTE**.

6.1.11 Comunicar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

6.1.12. Apresentar Certificado de Qualidade do Produto válido sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**.

6.2. Obrigações da Contratante específicas do objeto:

6.2.1. Nomear comissão para acompanhamento e fiscalização das obrigações da **CONTRATADA**, conforme presente Termo Referência.

6.2.2. Receber, conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar os produtos de acordo com as especificações e prazos descritos neste Termo de Referência.

6.2.3. Permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA** às dependências dos locais de entregas.

6.2.4. Comunicar formalmente a **CONTRATADA** qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento dos produtos, determinando o que for necessário à sua regularização.

6.2.5. Notificar a empresa **CONTRATADA** quanto a qualquer irregularidade encontrada.

6.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, quando necessário.

6.2.7. Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues pela **CONTRATADA**, quando necessário.

6.2.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições neste Termo de Referência.

6.2.9. Encaminhar a nota fiscal da **CONTRATADA**, para à Secretaria da Fazenda efetuar o pagamento.

6.4. Sanções:

6.4.1. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.4.2. No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

6.5 - Gestor do Contrato

6.5.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Cultura e Turismo, sendo essas, as mesmas responsáveis pela fiscalização do contrato.

6.5.2 - O ordenador da despesa será a Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Cultura e Turismo.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do bem;

7.2 - Os itens serão recebidos:

- a)** Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;
- b)** Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente Termo de Referência;
- c)** Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 7.2, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- d)** O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;
- e)** Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no presente Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 1.2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.3 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 - O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

7.5 - Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

7.6 - O método de avaliação e conformidade dos produtos entregues deverão observar os padrões mínimos de qualidade e desempenho do item 01.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

8.2 - Forma de fornecimento

8.2.1 - O fornecimento do objeto será parcelado.

8.3 - Exigências de habilitação

8.3.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4 - Qualificação Econômico-Financeira

I) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação a comprovação do capital social ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.5 - Qualificação Técnica

8.5.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.5.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão ser de fornecimento de produto compatível com 20% do quantitativo do(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou seja:

8.5.3 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

8.5.4 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.5.5 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6 Documentação compulsória:

8.6.1 Não se aplica

8.7 - Da participação de consórcio

8.7.1 - Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 - O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso na fase preparatória, com vistas a garantir a lisura da pesquisa de mercado e será tornado público apenas quando da fase externa do procedimento.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes;

10.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras"; que fará parte do presente processo.

10.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11- DA ASSINATURA ELETRÔNICA:

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br"; para liberação da assinatura eletrônica.

ANEXO VII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 29008978 /2026 - SEINFRA.UPP.AAD

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Trata-se de processo para aquisição de flores e plantas perenes, gramas, terra (vegetal, adubada, virgem) e fertilizantes por sistema de registro de preço para atender as seguintes secretarias: Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, Secretaria do Meio Ambiente - SAMA e Secretaria de Cultura e Turismo.- SECULT.

1.2 - A presente aquisição de mudas de flores se faz imprescindível para a revitalização e embelezamento dos espaços públicos do município, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, valorização do patrimônio urbano e fortalecimento da identidade cultural local. A implantação de áreas verdes floridas promove o incremento da biodiversidade urbana, auxilia na redução da temperatura ambiente, melhora a qualidade do ar e proporciona ambientes mais agradáveis e acolhedores para moradores e visitantes.

1.3 - Considerando a inexistência de saldo contratual remanescente para o fornecimento do referido objeto e a necessidade de dar continuidade às ações já realizadas por estas secretarias nas praças, parques, áreas de lazer e canteiros do município de Joinville, faz-se imprescindível a contratação do fornecimento de flores e insumos. Tal medida visa garantir a manutenção e o aprimoramento das ações de arborização e ornamentação urbana, promovendo o bem-estar da comunidade e a preservação do patrimônio ambiental do município.

1.4 - A iniciativa está alinhada às políticas municipais de sustentabilidade, conservação ambiental e estímulo ao turismo ecológico e cultural. Portanto, a aquisição de mudas de flores é uma ação estratégica para promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e o fortalecimento da estética urbana.

1.9 - Consequências da Não Contratação:

1.9.1 - Degradação Paisagística e Ambiental: A ausência de material vegetativo impedirá a renovação e manutenção dos jardins e canteiros, levando à perda do vigor estético das áreas verdes, e aspecto de abandono do espaço urbano.

1.9.2 - Prejuízo à Qualidade de Vida e Bem-Estar: Praças e jardins sem ornamentação impactam negativamente a percepção de zelo da cidade, desestimulando o uso desses espaços pela população e prejudicando a biodiversidade local.

1.9.4 - Elevação de Custos com Recuperação de Solo: A falta de cobertura vegetal (flores e forrações) favorece o surgimento de plantas invasoras e a erosão dos canteiros, o que exigirá, no futuro, gastos muito superiores com a limpeza pesada, adubação e recuperação estrutural do solo.

1.10 - Data e Prazo Estimado para Atendimento

Considerando os trâmites do processo licitatório e a necessidade vital de manutenção do paisagismo municipal, estima-se o seguinte cronograma:

1.10.1 - Previsão de Início do Fornecimento: MAIO/2026, ou imediatamente após a assinatura da Ata de Registro de Preços, para garantir o cronograma de plantio sazonal.

1.10.2 - Prazo de Atendimento (Ciclo de Entrega): O fornecimento ocorrerá durante o período de 12 (doze) meses. Devido à natureza perecível do material, cada solicitação individual deverá ser entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Fornecimento, garantindo a integridade das mudas.

1.10.3 - Periodicidade: As demandas são contínuas e programadas, respeitando os ciclos de floração e substituição de espécies, a fim de manter o padrão ornamental das praças e áreas de lazer de forma permanente.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A contratação está prevista no plano de ações das Secretarias para o ano de 2026..

a) SEINFRA: A presente contratação consta no PPA — Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Joinville – Quadriênio 2026-2029 (Processo nº 25.0.040527-8) —, nas seguintes ações:

- Zeladoria Pública – SEINFRA (2025/2026)

b) A contratação permanece prevista no plano de ações da SEINFRA para o exercício de 2026, integrando o novo PPA em fase de aprovação, conforme Processo SEI nº 25.0.082515-3, também na ação:

- Zeladoria Pública – SEINFRA (2025/2026)

c) SEINFRA: A presente contratação consta no PPA — Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Joinville – Quadriênio 2026-2029 (Processo nº 25.0.040527-8) —, na seguinte ação:

- 2.3429 - Manutenção de prédios e espaços públicos - SEINFRA

d) A contratação permanece prevista no plano de ações da SEINFRA na elaboração do Plano de Contratações Anual para o exercício 2027, conforme Processos SEI nº 25.0.254666-9 e SEI nº 25.0.299526-9.

2.2 - SAMA: A contratação encontra amparo na Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025. (26758096), que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, processo SEI 25.0.040527-8."0023952628

A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 03/2024 ([0023970042](#)), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), ou seja o mesmo fora relativizado a partir do ano de 2024:

Art. 1º O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

2.3 -SECULT: A contratação está prevista na ação "2.3260 - Dinamização, manutenção e preservação de patrimônios culturais - SECULT", conforme a Lei nº 9.925, de 10 de setembro de 2025, SEI 26756540. Plano Plurianual do Município de Joinville – Quadriênio 2026-2029 (Processo nº 25.0.082515-3)

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 - As mudas das flores de caixaria devem ser, obrigatoriamente, jovens (nem muito velha nem recém plantada), com tamanho máximo de 15 cm (quinze centímetros);

3.2 - As mudas deverão vir conforme item **1.2** do Termo de Referência, seguindo as especificações nesta tabela quando necessário.

3.3 - As mudas de plantas perenes de caixas deverão ter no máximo 20 cm (vinte centímetros);

3.4 - Todas as plantas fornecidas em caixa com 15 unidades deverão, obrigatoriamente, ser entregues em bandejas de plástico para que seja possível o retorno das mesmas, evitando acúmulo de lixo desnecessário.

3.5 - As empresas contratadas devem seguir a legislação pertinente aos itens licitados.

3.6 - As empresas contratadas deverão possuir sede de distribuição localizada a no máximo um raio de 200 quilômetros do local de entrega.

3.7 - Certifica-se a limitação mencionada no item 3.6:

3.7.1 Considerando a necessidade de rápida reposição dos produtos que não estão em conformidade;

3.7.2 Considerando a redução de tempo na entrega;

3.7.3 Considerando que geral as compras são fracionadas em volumes pequenos, devido a municipalidade não possuir local adequado para armazenamento, e que não é vantajoso para uma empresa de longa distância, podendo a mesma apresentar problemas de logística na entrega dos produtos.

3.7.4 Considerando a ambientação das plantas com o clima regional;

3.8 Os Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) deverão ser superiores a 1 (um);

3.8.1 - Se a licitante apresentar índice inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices LG, LC ou SG, deverá comprovar, para fins de habilitação, capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, mediante documentação contábil oficial.

3.9 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

3.2 - Qualificação Técnica:

3.2.1- Capacidade Técnico - Operacional: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante forneceu, de forma satisfatória, espécimes vegetais e insumos de paisagismo em características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação.

3.2.2 - Registro no RENASEM: Apresentação de comprovante de inscrição da empresa no RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudanças), emitido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Este documento é obrigatório para garantir que as mudas possuem procedência genética, garantia sanitária e estão livres de pragas que possam contaminar o solo do município.

3.3- Critérios de Sustentabilidade Ambiental (Art. 144 da Lei 14.133/2021)

Considerando o impacto ambiental direto da atividade de horto e paisagismo, a aquisição das mudas deverá observar os seguintes requisitos de sustentabilidade:

3.3.1- Controle de Insumos Químicos: Será dada preferência a fornecedores que comprovem a utilização de defensivos biológicos e adubação orgânica no cultivo das mudas, visando reduzir a contaminação do solo e proteger a fauna polinizadora das praças

3.3.2 - Redução de Resíduos Plásticos: As mudas deverão, preferencialmente, ser entregues em recipientes biodegradáveis ou em sacos/vasos plásticos passíveis de logística reversa.

3.3.3 - Espécies Adaptadas e Eficiência Hídrica: Na seleção das variedades, deve-se priorizar espécies que demandem menor consumo de água e que sejam preferencialmente nativas ou adaptadas ao clima local, garantindo maior taxa de sobrevivência e menor necessidade de intervenções químicas.

3.3.4 - Rastreabilidade e Manejo: A licitante deverá garantir que o substrato utilizado nas mudas não seja proveniente de extração ilegal de terra de barranco ou turfeiras protegidas, devendo o material ser oriundo de processos de compostagem ou fornecedores certificados.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se o atendimento a praças, parques municipais, canteiros e espaços públicos cuja manutenção é realizada por áreas administradas pelas Secretarias de Infraestrutura Urbana, Meio Ambiente e Cultura e Turismo.

4.2 - De modo geral, para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes (24.0.063650-2, 24.0.063654-5, 24.0.063655-3) e de contratações anteriores (22.0.087851-0), além do levantamento realizado de acordo com as necessidades das Unidades. Importante ressaltar que a unidade solicitante é responsável atualmente por cerca de:

- 06 Parques Municipais;
- 88 Praças;
- 28 Áreas de Lazer;
- 376 Canteiros e Rotatórias;

- 10 Unidades Regionais administrados pela Secretaria de Infraestrutura Urbana;
- 12 Espaços administrados pela Secretaria de Cultura e Turismo.

4.3 - A quantidade estimada segue abaixo conforme levantamentos dos espaços que são de responsabilidade das Unidades requisitantes:

Item	Quantidade Total	SEINFRA.UPP	SAMA	SEINFRA.UAG	SECULT	Unidade	Denominação	Descritivo
1	940	120	150	170	500	Unidade	Boca de Leão	Caixa com 15 mudas de Boca de Leão.
2	3670	500	1000	170	2000	Unidade	Sunpatiens	Caixa com 15 mudas de Sunpatiens
3	470	200	0	170	100	Unidade	Vinca	Caixa com 15 mudas de Vinca
4	820	200	150	170	300	Unidade	Amor-perfeito	Mudas de amor perfeito. Caixa com 15 unidades
5	690	150	150	190	200	Unidade	Lantana	Mudas de Lantana Amarela ou Lantana Câmara. Caixa com 15 unidades.
6	920	400	150	170	200	Unidade	Torênia	Mudas de Torênia ou Torênia Fournieri. Caixa com 15 unidades.
7	1940	500	250	190	1000	Unidade	Tagete	Mudas de Tagete. Caixa com 15 unidades.
8	330	75	25	180	50	Unidade	Lavanda	Lavanda caixa com 15 mudas.
9	1095	600	150	145	200	Unidade	Sálvia	Caixa com 15 mudas
10	1020	400	150	170	300	Unidade	Mudas de Petúnia	Caixa com 15 unidades
11	3445	800	500	145	2000	Unidade	Mudas de Impatiens (beijo rajado)	Caixa com 15 unidades.
12	295	50	0	145	100	Unidade	Celósia	Caixa com 15 mudas
13	1195	600	150	145	300	Unidade	Mudas de Liriope	Caixa com 15 mudas
14	75	10	10	25	30	Unidade	Sapatinho de Judia	Muda
15	695	200	150	145	200	Unidade	Periquito roxo	Caixa com 15 mudas
16	695	200	150	145	200	Unidade	Periquito verde	Caixa com 15 mudas
17	780	400	100	180	100	Unidade	Angelonia	Muda
18	430	120	100	160	50	Unidade	Flor de Mel	Flor de Mel caixa com 15 mudas
19	335	100	0	135	100	Unidade	Hemigraphis	Caixa com 15 mudas.
20	1010	400	150	160	300	Unidade	Dianella	Mudas de Dianella
21	250	60	50	40	100	Unidade	Cordyline fruticosa	Mudas de Cordyline Fruticosa
22	885	350	200	135	200	Unidade	Croton Petra	Mudas de Croton Petra
23	1185	700	150	135	200	Unidade	Iresine	Iresine. Caixa com 15 mudas.
24	740	500	100	40	100	Unidade	Iresine carnaval	Caixa com 15 mudas
25	835	500	100	135	100	Unidade	Tumbergia	Mudas de Tumbergia
26	1040	600	100	40	300	Unidade	Muda de Dracena Reflexa	Muda
27	1160	300	200	160	500	Unidade	Moreia (Dietes sp)	Muda
28	770	100	150	20	500	Unidade	Iris azul (Neomarica caerulea)	Muda
29	800	150	100	50	500	Unidade	Buxus sempervirens	Buxus sempervirens de 35cm de diâmetro, fornecido em mudas.
30	765	200	150	115	300	Unidade	Maranta-zebra	Muda

31	360	300	0	10	50	Unidade	Capim texas rubro	Muda
32	800	300	300	0	200	Unidade	Falsa erica	Muda
33	615	200	50	65	300	Unidade	Costela-de-adão (Monstera deliciosa)	Muda de Costela-de-adão (Monstera deliciosa).
34	1285	900	150	135	100	Unidade	Jasmim Gardênia	Jardim Gardênia a ser fornecida em mudas de 50 centímetros
35	405	50	50	5	300	Unidade	Espírito Santo	Muda de Espírito Santo
36	370	75	100	145	50	Unidade	Mudas de Azaleia	Caixa com 15 unidades.
37	920	500	100	20	300	Unidade	Dracena tricolor	Muda de Dracena tricolor/ Dracena-de-madagascar vermelha
38	720	300	200	20	200	Unidade	Agapanthus	Mudas de Agapanthus.
39	795	350	150	145	150	Unidade	Coleus	Caixa com 15 mudas.
40	715	300	150	165	100	Unidade	Begônia	Caixa com 15 mudas.
41	215	80	50	35	50	Unidade	Trepadeira Hera	Mudas.
42	275	130	50	45	50	Unidade	Trepadeira Unha de gato	caixa com 15 mudas.
43	405	150	150	5	100	Unidade	Dipladênia (Mandevilla)	Mudas.
44	1805	800	500	5	500	Unidade	Tumbergia Ereta	Mudas.
45	1150	100	500	50	500	Unidade	Ruellia Tuberosa	Mudas.
46	705	500	0	5	200	Unidade	Flor de Coral (Russelia)	Mudas.
47	1360	300	50	760	250	Unidade	Cavaco (chips) de madeira, tamanho médio	Para utilização em jardinagem. Embalagens plásticas com 50 litros.
48	825	300	50	225	250	Unidade	Cavaco (chips) de madeira, tamanho pequeno	Para utilização em jardinagem. Embalagens plásticas com 50 litros.
49	1350	500	500	350	0	m²	Grama bermudas (resistente)	Planta da Família Poacea, originária da África, Ilhas Bermudas - Nome Científico: Cynodon Dactylon
50	400	50	0	350	0	Bandeja	Grama preta	Grama preta (Bandeja 15 unidades)
51	1565	750	250	365	200	Unidade	Grama Amendoim	Caixa com 15 mudas de Grama Amendoim
52	27400	10000	2000	12400	3000	Metro quadrado	Grama tipo Esmeralda (zoya japônica)	Grama tipo Esmeralda (zoya japônica), em placas, com massa foliar com altura de 3 a 5 cm. Dimensões 30 a 40 cm (largura) x 50 a 60 cm (comprimento)
53	305	150	50	100	5	Unidade	Adubo NPK 10-10-10.	Saco de 25Kg.
54	855	475	100	180	100	Kg	Ureia	45% de N (nitrogênio)
55	7705	4000	2500	205	1000	Unidade	Terra vegetal	Terra vegetal. Saco com 20kg.
56	6380	3000	2000	380	1000	Unidade	Terra adubada	Terra adubada. Saco 10kg.
57	850	60	150	540	100	m³	Terra virgem	Terra virgem/barranco

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1- As soluções encontradas no mercado para atender a necessidade da Administração foram:

A - Produção Própria em Viveiro Municipal:

- **Descrição:** Consiste na manutenção de estrutura própria para germinação e cultivo de mudas.
- **Análise:** Inviável para a demanda atual. Embora reduza o custo unitário por planta, exige altos investimentos em infraestrutura (estufas, irrigação), mão de obra especializada permanente e insumos constantes, não sendo suficiente para suprir a demanda imediata e a variedade sazonal exigida para todos os espaços públicos da cidade.

B- Doações de Órgãos Estaduais e Parcerias (Ex: IAT/Viveiros Estaduais):

- **Descrição:** Utilização de mudas provenientes de programas de fomento ambiental do Estado.
- **Análise:** Inviável para a demanda atual. Essas doações são geralmente focadas em espécies arbóreas nativas para reflorestamento, possuindo oferta limitada e irregular de flores ornamentais de época, o que inviabiliza o cronograma de manutenção estética contínua das áreas centrais.

C- Aquisição por Registro de Preços (Solução Escolhida):

Descrição: Seleção de fornecedores para entregas parceladas de mudas de flores, plantas perenes e insumos durante 12 meses.

- **Análise:** Representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa. Baseia-se no Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, sendo ideal para objetos de consumo frequente e entregas parceladas.
- **Vantagem Técnica:** Permite a solicitação exata do material necessário para cada intervenção nos espaços públicos, garantindo que o insumo chegue "novo" e com validade plena no local de aplicação.
- **Vantagem Econômica:** Elimina gastos com logística de redistribuição e grandes galpões de estoque, transferindo o custo de manutenção do estoque ao fornecedor. Além disso, permite o pagamento apenas pelo que for efetivamente consumido.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, a escolha pelo **Sistema de Registro de Preços** fundamenta-se no Princípio da Eficiência (Art. 5º da Lei 14.133/2021) demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a aquisição de todos os itens que compõem este processo por diferentes empresas. Assim a Unidade poderá já adquirir plantas em tamanho ideal para realizar o plantio e manter o plano de embelezamento da cidade, além de haver livre disputa individual por itens garantindo um melhor valor de aquisição para a Prefeitura.

Além do mais, verificou-se que a opção pela aquisição dos itens através de Registro de Preços, se mostra mais viável, devido a sazonalidade para o plantio e manutenção das plantas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a presente contratação, bem como suas respectivas memórias de cálculo, encontram-se discriminados no processo, tendo por base o levantamento preliminar de mercado, o histórico de contratações anteriores (*processos de requisição de compras SEI 23.0.068569-2, SEI 22.0.087851-0, e nas Atas que resultaram destes processos, SEI 24.0.063655-3, 24.0.063654-5, 24.0.063650-2, 22.0.310342-0e a demanda projetada pelas Unidade de Praças Públicas e Unidade de Apoio e Governança da SEINFRA, Área de Rearborização Pública e Parques da SAMA e Área de Projetos da SECULT*). além de consultass em portais de comércio eletrônico, a fim de garantir representatividade e aderência às condições atuais de mercado.

6.2 - Valor Estimado

De início, estima-se a contratação no valor de **R\$ 1.900.000,00** (um milhão e novecentos mil reais), tendo por base levantamento dos espaços públicos no município de Joinville (*administrados pelas Secretarias: Seinfra, Secult e Sama*), e conforme média dos valores do Pregão Eletrônico nº 532/2023. Valor que deverá ser devidamente ajustado à real necessidade, quando da finalização dos estudos.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1- Após a análise das soluções disponíveis no mercado e das experiências anteriores da Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA, conclui-se que a forma mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação por meio de Ata de Registro de Preços, com fornecimento parcelado e entrega do material de acordo com a demanda das Unidades de Praças Públicas

Esta modelagem é superior tecnicamente, pois mitiga os riscos de perdas mudas de flores, plantas perenes e insumos por exposição prolongada ou armazenamento inadequado, além de otimizar o fluxo de caixa municipal. O registro de preços garante celeridade na reposição de insumos, evitando a paralisação da manutenção dos espaços públicos.

Ademais, a solução assegura a observância ao princípio da economicidade e da vantajosidade (art. 11 da Lei nº 14.133/2021), permitindo que a Administração aproveite preços de escala sem a necessidade de manter grandes estoques físicos, garantindo a eficiência logística e a continuidade das manutenções nos espaços públicos no município de Joinville.

Dessa forma, a contratação proposta representa a solução técnica e economicamente mais adequada para garantir a disponibilidade de mudas de flores, plantas perenes e insumos, em tempo hábil, assegurando a continuidade das atividades de manutenção no município de Joinville.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - O objeto da presente contratação é divisível, sendo tecnicamente viável o parcelamento da contratação.

O parcelamento mostra-se vantajoso, pois o material pode ser fornecido em lotes distintos, conforme a necessidade das Unidades requisitantes, sem prejuízo da padronização do produto ou da continuidade das atividades. Essa forma de aquisição permite maior flexibilidade no planejamento das entregas, redução de custos de armazenagem e melhor adequação ao cronograma manutenção dos espaços públicos.

Além disso, o registro de preços com fornecimento parcelado contribui para estimular a competitividade, uma vez que possibilita a participação de empresas de diferentes portes, atendendo ao disposto no art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a dividir o objeto sempre que possível e vantajoso.

Portanto, conclui-se que o objeto é divisível e deve ser contratado de forma parcelada, observadas as condições técnicas e operacionais que assegurem o atendimento integral e eficiente às demandas das secretarias requisitantes.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - O município de Joinville é considerado a "Cidade das Flores" e conta com um número expressivo de canteiros, praças e jardins, parques e canteiros, que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA e Secretaria de Meio Ambiente - SAMA e Secretaria de Cultura e Turismo.

9.2 - Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, o qual muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. Busca-se, portanto, manter a continuidade da conservação e manutenção de áreas públicas, deixando o Município mais vistoso e garantindo um aspecto convidativo aos turistas que visitam nossa cidade. Contudo, consta-se que os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados a formatação da contratação, ou seja, o objeto da contratação pelo sistema de Registro de Preços, e ainda, pelo critério de julgamento de menor preço.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, as Secretarias possuem servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do produto a serem adquiridos.

10.2 - Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização. Além disso, pontua-se que a Administração será responsável por comunicar a empresa, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no transporte, entrega e demais etapas do fornecimento para a imediata adoção das providências para sanar os problemas eventualmente ocorridos; e receber os produtos, conferir e acompanhar a entrega.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11.2 - Não foram encontrados Atas de Registro de Preços em andamento nos Consórcios que o município aderiu (CINCATARINA, CISNORDESTE e CIM-AMUNESC) com o mesmo objeto do processo licitatório.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem

ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Impactos Identificados:

12.1.1 - Geração de resíduos sólidos (embalagens plásticas de mudas e sacarias de fertilizantes);

12.1.2 - Risco de contaminação do solo por uso inadequado de fertilizantes químicos;

12.1.3 - Consumo de recursos naturais no transporte e logística.

12.2 - Medidas Mitigadoras e Sustentabilidade:

12.2.1 - **Logística Reversa e Resíduos:** Será solicitado que a contratada, sempre que possível, utilize embalagens recicláveis ou biodegradáveis. A fiscalização do contrato orientará o descarte adequado das embalagens plásticas após o plantio, priorizando a reciclagem;

12.2.2 - **Uso de Insumos:** A especificação dos itens prioriza fertilizantes e terras vegetais que minimizem danos ao ecossistema local, visando a manutenção da biodiversidade urbana;

12.2.3 - **Margem de Preferência:** Em conformidade com o art. 26 da Lei nº 14.133/2021, o edital prevê margem de preferência para produtos comprovadamente reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;

12.2.4- **Fiscalização:** A execução contratual será monitorada para garantir que o fornecimento e o manejo dos produtos não causem danos ambientais diretos nas áreas de intervenção paisagística."

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) Identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

I - Licitação eventualmente fracassada ou deserta - Probabilidade: Pouco provável;

II - Atraso na execução/ entrega - Probabilidade: Pouco provável.

b) Análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência:

I - Licitação eventualmente fracassada ou deserta - tratando-se de diversos itens que contemplam a aquisição de mudas de flores, plantas perenes e insumos, pode ser que algum item fracasse ou dê deserto, por serem produtos específicos. - Impacto: Médio;

II - Atraso na execução/ entrega - caso haja vencedores da licitação de outros estados, pode ser que haja eventuais atrasos na entrega dos produtos - Impacto: Baixo;

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4

Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5
------------	--	---

c) Avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatou-se que os riscos são classificados como:

I - Licitação eventualmente fracassada ou deserta – Médio risco;

II - Atraso na execução/ entrega – Médio risco.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

ANÁLISE DOS RISCOS							
IMPACTO	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
PROBABILIDADE			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
			Probabilidade				

d) Tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que se deve adotar a conduta de monitorar os riscos supracitados a fim de acompanhar o melhor andamento e execução do processo.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e	x		

longo prazo?			
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe de Planejamento entende que a solução descrita neste Estudo Técnico, que é a Aquisição de Flores, Grama e Terra pela modalidade de Registro de Preço, é a que melhor atende a necessidade do interesse público, devido a maior agilidade nas entregas, maior variedade de produtos, bem como uma quantidade variada de itens a serem entregues conforme solicitação da unidade requisitante.

Justificativa para exigência de índices financeiros

A Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Joinville vem, pela presente, justificar a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2026.

Item 9 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, subitem 9.6 alínea "k" - Demonstrativos dos Índices, serão habilitadas apenas as proponentes que apresentarem índices que atendam as condições abaixo:

Liquidez Geral > 1,00

Solvência Geral > 1,00

Liquidez Corrente > 1,00

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no subitem 9.6 "k" do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O índice de Solvência Geral indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de Liquidez Corrente identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, SG e LC), o resultado > 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 69, da Lei nº 14.133/21 e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.

Da mesma forma a alínea "k.1" do subitem 9.6, a qual prevê: *"k.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices da alínea "k", deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total do item/ lote/global, conforme critério de julgamento do edital."*, está pautada na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, a qual exige que tal possibilidade esteja regrada em Edital, através de seu art. 24, estando em consonância com a legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 16/04/2026, às 14:43, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29155702** e o código CRC **0FF4B9BC**.

